



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.ª SL

Aos 9 dias do mês de julho de 2015, pelas 12:15 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 265/XII e 268/XII, relativas às reuniões de 16 de junho e 1 de julho de 2015
2. Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 514/XII/3.ª (BE) – “Estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas e prevê sanções para o incumprimento (nona alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)” e do Projeto de Lei n.º 539/XII/3.ª (PCP) – “Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem.”
3. Apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 795/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – “Integra a sinistralidade rodoviária como um novo objetivo dos conselhos municipais de segurança e procede à primeira alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, que cria os conselhos municipais de segurança”
4. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1503/XII/4.ª (BE) – “Restitui o direito ao transporte aos trabalhadores ferroviários e suas famílias” e n.º 1557/XII/4.ª (PCP) – “Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes”
5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1272/XII/4.ª (PCP) – “Por emprego de qualidade no turismo”
6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1504/XII/4.ª (BE) – “Requalificação e reabertura da linha do Tâmega”

**COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 269/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1530/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) – “Recomenda o Governo que o seguro escolar abranja os alunos que se desloquem em velocípedes sem motor (bicicletas)”

8. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão dos seguintes Projetos de Resolução:

- n.º 1236/XII-4.<sup>a</sup> (PCP) – “Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo.”

- n.º 1502/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) – “Pela reabertura e requalificação da Linha do Tâmega.”

- n.º 1030/XII/3.<sup>a</sup> (BE) – “Revitalização da linha do Vouga entre Espinho e Aveiro.”

- n.º 1247/XII/4.<sup>a</sup> (BE) – “Investimento urgente na linha de Cascais.”

9. Petição n.º 536/XI/4.<sup>a</sup> – “Solicita a suspensão do processo de privatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses”

– Apreciação e votação da nota de admissibilidade

– Nomeação de relator (cabe ao PSD)

10. Outros assuntos

---

Na impossibilidade de presença do Senhor Presidente da Comissão, presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente, Deputado Fernando Serrasqueiro (PS).

**1. Apreciação e votação das atas n.ºs 265/XII e 268/XII, relativas às reuniões de 16 de junho e 1 de julho de 2015**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão submeteu à votação as atas n.ºs 265/XII e 268/XII, relativas às reuniões de 16 de junho e 1 de julho de 2015, que foram aprovadas por unanimidade.

**COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 269/XII/ 4.ª SL**

**2. Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 514/XII/3.ª (BE) – “Estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas e prevê sanções para o incumprimento (nona alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)” e do Projeto de Lei n.º 539/XII/3.ª (PCP) – “Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem.”**

Este ponto foi adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

**3. Apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 795/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – “Integra a sinistralidade rodoviária como um novo objetivo dos conselhos municipais de segurança e procede à primeira alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, que cria os conselhos municipais de segurança”**

Intervieram os Senhores Deputados Carina Oliveira (PSD) e Jorge Fão (PS) sobre o artigo 4.º da Lei n.º 33/98, tendo apresentado proposta de aditamento, gerando-se diálogo com os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Nuno Matias (PSD), João Paulo Viegas (CDS-PP), Hélder Amaral (CDS-PP), Hortense Martins (PS) e Helena Pinto (BE), e com o Senhor Vice-Presidente da Comissão, que deu início à votação na especialidade, a qual decorreu de acordo com o respetivo [relatório de votações](#).

O Senhor Vice-Presidente da Comissão concluiu a votação, com a indicação a ser dado conhecimento à 1.ª Comissão do texto agora aprovado, para possível integração em versão final articulada com a do Projeto de Lei n.º 838/XII/4.ª (BE), apreciado naquela Comissão.

**6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1504/XII/4.ª (BE) – “Requalificação e reabertura da linha do Tâmega”**

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), que apresentou o projeto de resolução em apreciação, que surge na sequência de outros

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

que visam requalificar as linhas ferroviárias que foram sendo abandonadas no país, sendo a linha do Tâmega mais um exemplo disso. Lembrou que nos anos 90 tinha sido encerrada uma parte da linha, ficando apenas a ligação entre Livração e Amarante, que permitia a ligação desta linha à do Douro. Referiu que este troço tinha sido encerrado em 2009 por motivos de segurança, com promessas de que iria abrir o mais rapidamente, o que não aconteceu até agora, tendo as populações entretanto perdido o transporte alternativo que na altura foi fornecido. Entretanto, prosseguiu, as automotoras que circulavam naquela linha foram vendidas ao Peru, pelo que acredita que o plano para esta linha não é de investimento mas, sim, de desinvestimento. Concluiu, alertando para a importância deste troço ferroviário para as populações e o país e reiterando os termos resolutivos.

Usaram da palavra, a este respeito, os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Fernando Jesus (PS) e Mário Magalhães (PSD).

O Deputado Bruno Dias (PCP) fez referência ao Projeto de Resolução n.º 1502/XII/4.<sup>a</sup>, apresentado pelo seu grupo parlamentar, sobre a mesma matéria, e reafirmou a importância de que as obras de requalificação sejam retomadas e adotadas as medidas necessárias para que a CP invista o valor arrecadado com a venda das automotoras noutro material circulante que possa ser utilizado nesta linha. Refutou a ideia de que o modo rodoviário seria mais adequado como alternativa e concluiu expressando posição de concordância com a iniciativa em apreço.

Por sua vez, o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) reiterou o debate havido a propósito do Projeto de Resolução n.º 1502/XII/4.<sup>a</sup> e lembrou a situação que levou ao encerramento da linha. Tornou a referir o protocolo que esteve para ser assinado entre as câmaras municipais de Amarante e de Marco de Canavezes e a REFER e defendeu a retoma de diálogo entre estas três entidades.

Finalmente, o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) referiu os problemas de sustentabilidade da linha, deu conta da solução alternativa que se encontrou para o encerramento do troço Amarante/Arco de Baulhe, e afirmou que as autarquias em que se situa o troço agora em discussão estavam efetivamente a estudar uma alternativa.

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.ª SL

Quanto à venda das automotoras, afirmou que nada tem a ver com esta questão, porque elas nunca iriam ser utilizadas nesta linha se houvesse uma requalificação, uma vez que a bitola seria diferente. Reiterou que este era o troço ferroviário que em Portugal tinha o maior custo km/passageiro e que existiam alternativas para a população porque ainda existia o transporte rodoviário, com quatro ligações diárias. Concluiu afirmando que estava a ser reavaliado o traçado e a sustentabilidade do troço.

#### **4. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1503/XII/4.ª (BE) – “Restitui o direito ao transporte aos trabalhadores ferroviários e suas famílias” e n.º 1557/XII/4.ª (PCP) – “Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes”**

A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1503/XII/4ª (BE) – “Restitui o direito ao transporte aos trabalhadores ferroviários e suas famílias”, recordando anteriores debates desta questão, defendendo a reposição do direito dos ferroviários ao transporte, retirado no Orçamento de Estado para 2013, direito centenário dos trabalhadores ferroviários, o que foi recebido como um ataque à sua dignidade, sublinhando que não causa encargos à CP, podendo originar receitas, explicando quanto às famílias.

Apoiou o Projeto de Resolução do PCP no mesmo sentido.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu-se a iniciativa semelhante do PSD, lamentando não a poder arrastar para o debate e com que concordam, e recordou alterações feitas em sede de orçamento.

Referiu que os ferroviários pagam bilhete até à fronteira e a partir daí já não, e que este direito não causa sobrecarga de despesa à CP. Sublinhou que ninguém ganha nada com a situação, que criticou, defendendo a reposição de Justiça, que se impõe.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) recordou que foram cinco Deputados do PSD os apresentadores do Projeto de Resolução mencionado, admitindo considerar a situação e a sua evolução.

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Referiu-se às limitações de viagens de avião de membros do Governo, por questão de moralização. Recordou o enquadramento desta limitação na CP nesse esforço de moralização.

Admitiu, no futuro, vir a monitorizar esta situação, que pode vir a ser repensada, mesmo quanto à solução.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) esclareceu que o PS manterá a linha das anteriores intervenções feitas em sede de debate orçamental.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) não considerou tratar-se de matéria para decisão pela Assembleia da República, sendo matéria de gestão, explicando e fazendo o paralelo com outras matérias debatidas.

Considerou não se tratar de direito, mas de assunto próprio da gestão das empresas por critérios de sustentabilidade, que exemplificou.

Apoiou o transporte em comboio, desde que sustentável e com critérios de realismo.

A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) lamentou não poder debater a parte final da intervenção anterior por falta de tempo.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), criticou a perspetiva de moralização, referindo-se a outros aspetos da gestão da CP, incluindo *swaps*, e outras situações de isenção de pagamento (juízes, polícias, ...).

#### **5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1272/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) – “Por emprego de qualidade no turismo”**

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Ramos (PSD) que apresentou o projeto de resolução em causa, afirmando que o mesmo se baseava em dados de 2013, uma vez que quando foi apresentado ainda não existiam os dados de 2014, os quais eram já conhecidos neste momento. Referiu que esses dados davam conta de um crescimento no número de hóspedes e dormidas e um proveito acumulado de 1,9 mil milhões de euros e que já se sabia que em 2014 houve proveitos acumulados de 2,2 mil milhões de euros, o que equivalia a proveitos acumulados de 8,5 mil milhões de euros desde 2009 no setor do turismo. Referiu também os estudos do Ministério da

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.ª SL

Economia relativos aos ganhos e duração do trabalho, que entre 2010 e 2013 apontavam para um ganho médio mensal em termos reais a reduzir 7,5%, no ano de 2013 21% dos trabalhadores do turismo auferiam o salário mínimo nacional, quando a média nacional era de 12%, 39,5% dos trabalhadores tinham contrato a termo, quando a média nacional era de 28,4%, e 7,5% eram estagiários, quando a média nacional era de 3%. Por isso, frisou, os trabalhadores do setor ficavam atónitos quando ouviam falar no sucesso do setor, o qual não chegou a eles, e o Secretário de Estado do Turismo reconheceu o problema mas afirmou que as tendências eram positivas, convicção que foi desmentida pelos números relativos a 2014, que entretanto foram conhecidos. Considerou que a visão do Secretário de Estado do Turismo sobre o setor era muito liberal, de que o Estado deveria “sair da frente”, mas questionou se o PSD teria a mesma visão, porque tinha uma visão de Estado regulador, e concluiu reiterando que o PCP propõe que o Estado tenha uma intervenção no setor, tendo reafirmado os termos do projeto de resolução.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Mariana Mortágua (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Inácio (PSD).

A Senhora Deputada Mariana Mortágua lembrou que o assunto tinha sido já discutido com o Secretário de Estado do Turismo, que tinha admitido a existência de problemas de precariedade no setor. Defendeu que mais lucros e mais crescimento no setor não implicava obrigatoriamente melhores condições laborais e rejeitou a visão de que este problema diga respeito unicamente à área do trabalho e não à tutela do Secretário de Estado do Turismo, defendendo que cabia a essa tutela específica atender aos problemas específicos do setor. Concluiu, concordando com o projeto de resolução, argumentando que considerava absolutamente necessário implementar os mecanismos nele propostos.

Pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi defendido que as melhorias nos resultados do turismo refletir-se-iam inexoravelmente nas condições de trabalho. Expressou concordância com o defendido pelo Secretário de Estado do Turismo de que o Estado “deve sair da frente”, porque entende que quem cria emprego no turismo são as entidades privadas, mas entende que a tutela é também do Secretário de Estado do

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Turismo. Reiterou que teria de haver um momento em que os bons resultados do setor fossem bons para todos. Concluiu reafirmando que o turismo estava a crescer, estava a ter sucesso e isso devia-se não a políticas do Estado mas sim aos privados que trabalham e investem no setor.

O Senhor Deputado Bruno Inácio (PSD) começou por esclarecer que o seu partido acreditava no Estado regulador e as palavras do Secretário de Estado do Turismo não contrariavam esta visão, porque afirma que este é um setor onde os empresários são preponderantes para o seu desenvolvimento e o Estado hoje tem um papel mais claro nesta matéria. Afirmou que o projeto de resolução mostrava uma maneira diferente de olhar para estas matérias. Referiu que o próprio Secretário de Estado do Turismo tinha reconhecido que existiam problemas de ordem financeira nas empresas ligadas ao turismo. Reafirmou que os lucros destas empresas irão repercutir-se nas condições dos trabalhadores e nas condições para investimento neste setor. Concluiu argumentando que quem tinha o primeiro interesse em gerar emprego de qualidade neste setor eram os próprios empresários.

Tornou a usar da palavra, para encerrar a discussão, o Senhor Deputado João Ramos (PCP), para esclarecer que o que o PCP reconhecia era os números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, mas não reconhecia sucesso a um setor que acumulava proveitos e esses proveitos não chegavam aos trabalhadores do setor e às suas condições de trabalho. Concluiu, afirmando que importava perceber o que é que o Governo pretendia fazer para obrigar as empresas a refletir o seu sucesso em quem nelas trabalha.

#### **7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1530/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) – “Recomenda o Governo que o seguro escolar abranja os alunos que se desloquem em velocípedes sem motor (bicicletas)”**

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS/PP) recordou o trabalho feito no Grupo de trabalho da Segurança rodoviária e as alterações introduzidas no Código da Estrada, nomeadamente de maior proteção aos ciclistas, sublinhando que não faz sentido que o



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Seguro escolar não cubra os acidentes ocorridos no percurso de bicicleta para a escola, razão pela qual deve ser atualizado o Seguro escolar neste sentido.

O Senhor Deputado Jorge Fão (PS) afirmou que o Projeto de Resolução, com solução lógica e coerente, merece a adesão do PS.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD), concordando com a apresentação feita da iniciativa conjunta, defendeu a promoção de hábitos saudáveis e o reforço das componentes educativas a proteger pelo Seguro escolar.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) concordou com o Projeto de Resolução e defendeu que esta medida seja alargada à promoção do uso geral da bicicleta e dos transportes públicos, esperando que esta medida venha a ser sentida pelos jovens.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) concordou com o Projeto de Resolução, que considerou importante, e defendeu o alargamento do seguro ao transporte público.

#### **8. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão dos seguintes Projetos de Resolução:**

**- n.º 1236/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) – “Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo.”**

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) pediu a inclusão de texto de declaração de voto como intervenção, tendo, nesta sequência, este ponto foi adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PS.

**- n.º 1502/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) – “Pela reabertura e requalificação da Linha do Tâmega.”**

Apreciada a informação relativas à discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1502/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) – “Pela reabertura e requalificação da Linha do Tâmega”, e não tendo havido objeções, o Senhor Vice-Presidente da Comissão informou que iria ser enviada para Plenário para a votação deste Projeto de Resolução.

**- n.º 1030/XII/3.<sup>a</sup> (BE) – “Revitalização da linha do Vouga entre Espinho e Aveiro.”**

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Este ponto foi adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

#### **- n.º 1247/XII/4.<sup>a</sup> (BE) – “Investimento urgente na linha de Cascais.”**

Apreciada a informação relativas à discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1247/XII/4.<sup>a</sup> (BE) – “Investimento urgente na linha de Cascais”, e não tendo havido objeções, o Senhor Vice-Presidente da Comissão informou que iria ser enviada para Plenário para a votação deste Projeto de Resolução.

#### **9. Petição n.º 536/XI/4.<sup>a</sup> – “Solicita a suspensão do processo de privatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses” – Apreciação e votação da nota de admissibilidade**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão colocou à votação a Nota de admissibilidade da Petição n.º 536/XII/4.<sup>a</sup> – “ Solicita a suspensão do processo de privatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses”, que conclui pelo seu indeferimento liminar e que foi aprovada por unanimidade.

#### **10. Outros assuntos**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão informou que:

- baixou para apreciação na especialidade a PPL 341/XII/4.<sup>a</sup> (compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas), tendo sido fixado o prazo de apresentação de propostas de alterações até 2.<sup>a</sup> feira próxima;
- foi reagendada para dia 15 de julho, às 10 horas, a audição do Ministro da Economia (audição regimental + requerimento do PS sobre reprivatização da TAP);
- se encontra pendente para apreciação na especialidade a PPL 336/XII/4.<sup>a</sup> (alteração ao Código da Estrada – carta por pontos), tendo sido solicitados pareceres até ao dia 9 de julho e dado prazo para entrega de propostas de alteração até dia 10 de julho, tendo sido, a pedido do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), adiado até final da próxima 2.<sup>a</sup> feira.

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.ª SL

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) recordou requerimentos aprovados para audição de vários secretários de Estado, o que levaria a mais uma ronda de intervenções na audição do Ministro da Economia, na 5.ª feira, 15 de julho.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) recordou que a Conferência de Líderes deliberou que não haveria mais audições de membros do Governo depois do Estado da Nação e que só excecionalmente foi encarada a audição do Ministro da Economia, o que implica a queda dos restantes requerimentos, gerando-se o diálogo, sobre as diferentes versões desta deliberação, com

o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) e

o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), que agradeceu as diligências do Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) para a audição do Ministro da Economia, referindo-se a outras audições previstas em outras comissões, e admitiu questionar, hoje, sobre a deliberação e o seu âmbito, e

o Senhor Vice-Presidente da Comissão referiu ter falado com o Presidente da Comissão sobre a deliberação da Conferência de Líderes, defendendo que tal seja esclarecido.

Recordou estar prevista uma saída do Grupo de Trabalho para o setor automóvel, que estaria pendente desta orientação ou não.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) interveio, recordando não ser racional a audição de membros do Governo depois do debate do Estado da Nação, referindo a exceção admitida a pedido do PS, mas sem causar precedente e perspetivou mais uma ronda de intervenções na audição do Ministro da Economia.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) venceu que não houve deliberação escrita perante a inclusão de novo Plenário a 22, depois do debate do Estado da Nação a 8 de julho.

Insistiu nas audições já aprovadas, em que não há decisões da Conferência de Líderes, escritas ou não, cujo valor contestou perante deliberações em Plenário.

Considerou haver problema se vier a haver audições aprovadas que não se realizem, explicando.

Intervieram, ponderando como esclarecer a situação,

o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP), que fez declaração de interesse no sentido da queda de todos os requerimentos depois de 8 de julho/ debate do Estado da

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 269/XII/ 4.ª SL

Nação, ponderando as diferentes grelhas da audição do Ministro da Economia e reiterando anterior intervenção, e

o Senhor Vice-Presidente da Comissão, que recordou as diversas audições pendentes

- Audição da Deputada ao Parlamento Europeu Marisa Matias – requerimento do BE,
- Audição do Vice-Primeiro Ministro sobre legislação relativa aos vistos *gold* – requerimento do PSD/CDS-PP,
- Audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações sobre a fusão EP/REFER – requerimento do PSD/CDS-PP,
- Audição do Presidente do Conselho de Administração do Metro de Lisboa, Carris, Transtejo e Soflusa e do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações – requerimento do PCP, com acordo para fazer uma única audição do Secretário de Estado sobre este requerimento e o do PSD/CDS-PP,
- Audição do Presidente da Associação Sindical da ASAE, Inspetor-Geral da ASAE e Secretário de Estado Adjunto e da Economia – requerimentos do PS e PCP, e
- Audição do Ministro da Economia, sobre a reprivatização da TAP – requerimento do PS (houve acordo para incluir esta audição na audição regimental que está agendada para 4.ª feira, com mais uma ronda),

e propôs que fossem obtidos esclarecimentos sobre audições já aprovadas de membros do Governo, de outras entidades e quanto a deslocações ao exterior, já agendadas, o que gerou consenso.

A reunião foi encerrada às 14:23 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2015.

**O VICE PRESIDENTE**

**(Fernando Serrasqueiro)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XII/ 4.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Altino Bessa  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Eduardo Teixeira  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Hélder Amaral  
Hortense Martins  
Luís Leite Ramos  
Luís Vales  
Mariana Mortágua  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Odete Silva  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Nuno Santos  
Rui Paulo Figueiredo  
Válter Ribeiro  
Bruno Inácio  
Carlos São Martinho  
Gabriel Côrte-Real Goucha  
Helena Pinto  
João Ramos  
Jorge Fão  
José Lello  
Mário Magalhães  
Paulo Cavaleiro  
Paulo Rios de Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia